
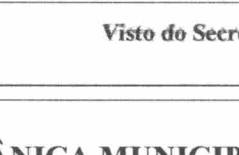




ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO  
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO  
PROTOCOLO GERAL 1023/2023  
Data: 04/09/2023 - Horário: 18:17  
Legislativo - PELL 1/2023

EXPEDIENTE: <u>04</u> / <u>09</u> /2023		
DECISÃO PLENÁRIA – PRIMEIRO TURNO: <u>09</u> / <u>10</u> /2023		
( ) PEDIDO DE VISTA	<input checked="" type="checkbox"/> APROVADO	 Visto do Secretário
( ) PEDIDO DE RETIRADA	( ) REPROVADO	
DECISÃO PLENÁRIA – SEGUNDO TURNO: _____ /2023		
( ) PEDIDO DE VISTA	( ) APROVADO	 Visto do Secretário
( ) PEDIDO DE RETIRADA	( ) REPROVADO	

**PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL N.º 001/2023**

Dispõe sobre a alteração da redação do *Caput* e acrescenta o parágrafo único ao art. 8º da Lei Orgânica do Município de Diamantino, e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Diamantino, nos termos do § 2º, I, do art. 32 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte emenda ao texto da Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º Altera a redação do *caput* e acrescenta o parágrafo único ao art. 8º da Lei Orgânica Municipal, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 8º A Câmara Municipal de Diamantino será composta por 11 (onze) Vereadores eleitos.*

*Parágrafo único. Proposta de Emenda à Lei Orgânica que visa alterar a composição da Câmara Municipal, deverá ser apresentada durante a legislatura para a subseqüente. ”*

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Plenário Ver. Juvenal Benedicto Soares, 04 de setembro de 2023

  
Ver. Alfredo Matheus Keller - PSD

  
Ver. José Carlos David - PDT

  
Prof. Adriano S. Correa



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”**

**JUSTIFICATIVA**

A proposta de Emenda à Lei Orgânica que ora apresentamos a Vossas Excelências, tem como objetivo alterar a redação do art. 8º da Lei Orgânica do Município de Diamantino/MT.

A Constituição Federal, em seu art. 29, IV, “b”, estabeleceu o limite máximo de 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes.

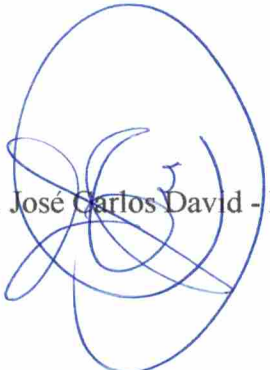
Sabemos que o município de Diamantino/MT conta, atualmente, com 21.941 habitantes, comprovadamente pelo site: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/diamantino/panorama>, em anexo, razão pela qual se mostra possível alterar a composição da Câmara Municipal de 09 (nove) para 11 (onze) vereadores.

Ademais, vale ressaltar que consta, em anexo, a estimativa do impacto financeiro-orçamentário, assim como a declaração de compatibilidade com as leis orçamentárias.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos ilustres parlamentares para a aprovação da proposta de Emenda à Lei Orgânica que ora apresentamos.

Plenário Ver. Juvenal Benedicto Soares, 04 de setembro de 2023

  
Ver. Alfredo Matheus Keller – PSD

  
Ver. José Carlos David - PDT

  
**Prof. Adriano S. Correa**  
VEREADOR - PSB



**PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 1/2023 – PODER LEGISLATIVO  
ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO – ART. 16 e 17 LRF**

Trata-se de demonstração de estimativa de impacto orçamentário-financeiro trazido pela eventual aprovação da proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 1/2023, que tem como objeto a ampliação de 2 (duas) vagas de vereador no município de Diamantino.

Uma vez que o projeto supracitado não impactará financeiramente nos exercícios de 2023 e 2024, a tabela 1 demonstra para o exercício de 2025 e dois subsequentes, o impacto orçamentário-financeiro da despesa com pessoal criada pela PLOM.

	2025	2026	2027
<b>Previsão Aumento 3.1.90</b>	229.989,34	229.989,34	229.989,34

**Tabela 1** – Despesa gerada pela aprovação do projeto de lei. Valores expressos em reais.

Considerando a despesa criada, aliada à previsão de gastos com pessoal oriunda da conjuntura existente, e a aprovação do referido projeto de lei, apresenta-se a estimativa da despesa com pessoal, conforme descrito na tabela 2.

	2025	2026	2027
<b>Previsão Total 3.1.90</b>	4.502.320,43	4.766.095,58	4.784.839,99

**Tabela 2** – Despesa com pessoal reestimada após a aprovação do projeto de lei. Valores expressos em reais.

A projeção abrange as obrigações de gasto com pessoal como vencimentos, subsídios, gratificações, incentivos, adicionais, férias, décimo terceiro salário, progressões de nível, promoções de classe, contribuição previdenciária patronal e licenças-prêmio indenizadas. Em relação à verba indenizatória, verifica-se o aumento de R\$ 111.446,40 para cada um dos três exercícios financeiros.

Sendo o gasto aplicável apenas aos exercícios de 2025 em diante, não há que se falar em verificação da disponibilidade orçamentária para o exercício atual. Ressalta-se, porém que na ocasião da elaboração do orçamento para 2025 em diante, seja incluída a despesa aumentada nas dotações 20001.3.1.90 e 20001.3.3.90.

A expansão de despesas será suportada com a previsão de aumento da receita arrecadada pelo município de Diamantino, aliada à previsão de aumento do duodécimo recebido pelo Poder Legislativo.

Em que pese há metas estabelecidas no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes apenas para o exercício de 2025, foi realizada a estimativa de crescimento de receita de 2022 a 2025, conforme PPA atual, montando aproximadamente 5,66%. Assim, considerando que os valores previstos, a despesa criada não afetará as metas de resultados fiscais estabelecidos para 2025, já que o repasse duodecimal está previsto legalmente na LDO e PPA. Contudo, devendo ser considerada para elaboração das metas de





ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO  
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

2026 e 2027. Os dados da previsão de aumento da receita e duodécimo estão demonstrados na tabela 3.

	2025	2026	2027
Previsão Receita Municipal	210.798.405,61	222.729.595,37	235.336.090,47
Previsão de Duodécimo Poder Legislativo	7.024.737,92	7.422.338,09	7.842.442,42

**Tabela 3** – Previsão de Aumento de Receita Corrente/Duodécimo, conforme PPA e LDO vigentes. Valores expressos em reais.

Já a tabela 4, evidencia a estimativa do impacto da **majoração** da despesa com pessoal trazido pelo projeto de lei, em relação a limite da Lei de Responsabilidade Fiscal e ao limite constitucional de gasto com folha de pagamento das Câmaras Municipais. Importante é salientar que o gasto com verba indenizatória não integra o **valor de gasto** com pessoal.

O limite máximo de gasto com pessoal do Poder Legislativo Municipal é de 6,00% da Receita Corrente Líquida do Município. No Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2023, o percentual atingido foi de 1,89%. Já em relação limite de 70% com gasto com folha de pagamento, tratado no artigo 29-A § 1º da Constituição Federal, será respeitado, mesmo após a eventual aprovação do projeto.

	2025	2026	2027
Previsão Receita Corrente Municipal	200.099.551,00	211.425.185,59	223.391.851,09
Previsão de Duodécimo Poder Legislativo	7.024.737,92	7.422.338,09	7.842.442,42
Gasto Com Pessoal Previsto	4.502.320,43	4.766.095,58	4.784.839,99
<b>Percentual Previsto (LRF)</b>	2,25%	2,25%	2,14%
<b>Gasto com Folha de Pagamento (CF)</b>	64,09%	64,21%	61,01%

**Tabela 4** – Limite de Gastos com Pessoal de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal/CF.

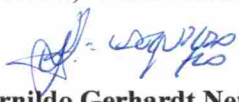
A tabela 5 demonstra o atendimento à limitação constitucional de que o total da despesa com remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% da receita orçamentária do Município.

	2025	2026	2027
Previsão Receita Municipal	210.798.405,61	222.729.595,37	235.336.090,47
Remuneração de Vereadores	1.264.941,34	1.264.941,34	1.264.941,34
<b>Percentual previsto</b>	0,60%	0,57%	0,54%

**Tabela 5** – Limite de Gastos com remuneração de vereadores/CF.

Nesse sentido, **considerando as atuais estimativas apresentadas**, demonstra-se que há suporte orçamentário-financeiro para as despesas oriundas da Proposta de Emenda à Lei Orgânica 1/2023 que tem como objeto a ampliação de 2 (duas) vagas de vereador no município de Diamantino.

Diamantino/MT, 4 de setembro de 2023

  
**Arnildo Gerhardt Neto**  
Presidente



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO  
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

## DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

**Arnildo Gerhardt Neto**, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento às determinações dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, DECLARO, nos termos da legislação vigente, existir compatibilidade com o Plano Plurianual vigente até 2025 para tramitação da Proposta de Emenda à Lei Orgânica 1/2023. Contudo, quando da definição das metas fiscais para os exercícios de 2026 e 2027, e elaboração de suas respectivas LDO e LOA, deverão ser consideradas as despesas decorrentes da PLOM.

Diamantino/MT, 4 de setembro de 2023

**Arnildo Gerhardt Neto**  
Presidente

Código do Município  
**5103502**

Gentílico  
**diamantinense**

Aniversário  
**18 de setembro**

Prefeito  
**MANOEL LOUREIRO NETO**

## POPULAÇÃO

População no último censo [2022]	<b>21.941</b> pessoas
Densidade demográfica [2022]	<b>2,66</b> habitante por quilômetro quadrado

## TRABALHO E RENDIMENTO

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2021]	<b>2,6</b> salários mínimos
Pessoal ocupado [2021]	<b>7.637</b> pessoas
População ocupada [2020]	<b>31,1</b> %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	<b>32</b> %

## EDUCAÇÃO

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	<b>98,1</b> %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	<b>5,5</b>
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	<b>4,9</b>
Matrículas no ensino fundamental [2021]	<b>3.081</b> matrículas
Matrículas no ensino médio [2021]	<b>1.055</b> matrículas
Docentes no ensino fundamental [2021]	<b>191</b> docentes
Docentes no ensino médio [2021]	<b>108</b> docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	<b>20</b> escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	<b>7</b> escolas

## ECONOMIA

PIB per capita [2020]	<b>151.414,28</b> R\$
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	<b>77,4</b> %
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	<b>0,718</b>
Total de receitas realizadas [2017]	<b>95.669,47</b> R\$ (×1000)
Total de despesas empenhadas [2017]	<b>84.475,11</b> R\$ (×1000)

## SAÚDE

Mortalidade Infantil [2020]	<b>7,73</b> óbitos por mil nascidos vivos
Internações por diarreia [2016]	<b>0,3</b> internações por mil habitantes



Estabelecimentos de Saúde SUS [2009]

14 estabelecimentos

**MEIO AMBIENTE**

Área urbanizada [2019]

10,11 km<sup>2</sup>

Esgotamento sanitário adequado [2010]

22,3 %

Arborização de vias públicas [2010]

55,6 %

Urbanização de vias públicas [2010]

31,1 %

População exposta ao risco [2010] ?

Sem dados

Bioma [2019]

Amazônia; Cerrado

Sistema Costeiro-Marinho [2019]

Não pertence

**TERRITÓRIO**

Área da unidade territorial [2022]

8.263,397 km<sup>2</sup>

Hierarquia urbana [2018] ?

Centro Subregional B (3B)

Região de Influência [2018] ?

Arranjo Populacional de Cuiabá/MT - C...



Região intermediária [2021]

Cuiabá

Região imediata [2021]

Diamantino

Mesorregião [2021]

Norte Mato-grossense

Microrregião [2021]

Parecis

**Notas:**

1. Dois Distritos brasileiros são tratados como Municípios, por razões metodológicas: O Distrito Federal, onde tem sede o governo federal, sendo Brasília a capital federal; e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, arquipélago incorporado ao Estado de Pernambuco, segundo Art. 15 da Constituição Federal de 1988.
2. *População ocupada*: [pessoal ocupado no município/população total do município] x 100
3. *Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo*: [População





Assunto: PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 01/2023

Autoria: Ver. Alfredo Matheus Keller – PSD, José Carlos David-PDT

Senhor Presidente,

## 1. RELATÓRIO

Trata-se de Proposta de Emenda à Lei Orgânica que visa alterar a redação do *caput* e acrescenta o parágrafo único ao art. 8º da Lei Orgânica do Município de Diamantino/MT.

A justificativa apresentada para a propositura foi a seguinte:

*"A proposta de Emenda a Lei Orgânica que ora apresentamos a Vossas Excelências, tem como objetivo alterar a redação do art. 8º da Lei Orgânica do Município de Diamantino/MT.*

*A Constituição Federal, em seu art. 29, IV, "b", estabeleceu o limite máximo de 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes.*

*Sabemos que o município de Diamantino/MT conta, atualmente, com 21.941 habitantes, comprovadamente pelo site: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/diamantino/panorama>, em anexo, razão pela qual se mostra possível alterar a composição da Câmara Municipal de 09 (nove) para 11 (onze) vereadores.*

*Diante do exposto, solicitamos o apoio dos ilustres parlamentares para a aprovação da proposta de Emenda à Lei Orgânica que ora apresentamos."*

A proposta veio acompanhada de estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro, Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira, assim como de relatório extraído do site do IBGE.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, há de ser ressaltado que consta vício de iniciativa, haja vista que foi proposto por apenas 02 (dois) parlamentares e o art. 32, I, da Lei Orgânica do Município de Diamantino exige que a proposta de emenda seja apresentada por 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.





**ASSESSORIA JURÍDICA**

No mesmo sentido dispõe o art. 198, II, do Regimento Interno desta Casa, incorrendo inevitavelmente em vício formal de iniciativa.

**3. CONCLUSÃO**

Em razão do Exposto, opina-se pelo não prosseguimento do Processo Legislativo referente à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2023, por não atender ao disposto no art. 32, I, da LOM e art. 198, II, Regimento Interno, contendo vício formal de iniciativa, haja vista que a referida Proposta não foi apresentada por 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.

Referido projeto deverá ser encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento para que seus membros elaborem o respectivo parecer.

Por fim, ressalta-se que a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

A opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos ser utilizados ou não pelos membros desta Casa.

**Assessoria Jurídica, 19 de setembro de 2023.**

**Aline Simony Stella**

**OAB/MT 16.673/O**



Assunto: PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 01/2023

Autoria: Ver. Alfredo Matheus Keller – PSD, Ver. José Carlos David-PDT, Ver. Adriano Soares Correa

Senhor Presidente,

### 1. RELATÓRIO

Trata-se de Proposta de Emenda à Lei Orgânica que visa alterar a redação do *caput* e acrescenta o parágrafo único ao art. 8º da Lei Orgânica do Município de Diamantino/MT.

Através do Parecer Jurídico nº 93/2023, esta Assessoria Jurídica opinou pelo não prosseguimento do Processo Legislativo referente à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2023, por não atender ao disposto no art. 32, I, da LOM e art. 198, II, Regimento Interno, contendo vício formal de iniciativa, haja vista que a referida Proposta não foi apresentada por 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.

A Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2023 retornou para esta Assessoria Jurídica, tendo em vista a inclusão da assinatura do Ver. Adriano Soares Correa-PSB como autor.

É a síntese do necessário.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO

Contando a proposta com a autoria de, pelo menos, 1/3 (um terço) dos Membros da Câmara, resta superado o vício de iniciativa, de acordo com o art. 32, I, da Lei Orgânica do Município de Diamantino e art. 198, II, do Regimento Interno desta Casa.

Quanto à matéria de fundo, denota-se que o art. 29, IV, "b", da Constituição Federal, estabelece que "para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo (...) de 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes."



**ASSESSORIA JURÍDICA**

Em consulta ao site do IBGE

(<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/diamantino/panorama>) verifica-se que de acordo com o último censo (2022) a população estimada de Diamantino/MT é de 21.941 habitantes.

Hely Lopes Meirelles, em sua obra Direito Municipal Brasileiro (2021), explica que com o advento da Emenda Constitucional 58/2009 houve a alteração do art. 29, IV, que ganhou nova redação, a qual estabelece o número máximo de vereadores com base no número de habitantes por Município. Compete, assim, à Câmara Municipal a definição do número de edis, sem extrapolar o máximo definido no art. 29, IV, da CF, a ressaltar a possibilidade de se ter Municípios com menos de nove vereadores, desde que assim fixado na lei orgânica municipal.

Dessa forma, a fixação de 11 (onze) parlamentares para a composição da Câmara Municipal de Diamantino se encontra dentro do limite máximo estabelecido pelo art. 29, IV, "b", da Constituição Federal.

De outro giro, considerando o aumento de despesa com a ampliação do número de Membros de 9 (nove) para 11 (onze), se revela necessário o atendimento ao quanto disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Nessa toada, infere-se que foi apresentada a Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro, nos moldes preconizados pelos arts. 16 e 17 da LRF, evidenciando a despesa gerada pela aprovação da proposta em análise, a reestimação da despesa com pessoal após a aprovação, a demonstração da previsão do aumento de receita corrente/duodécimo, conforme PPA e LDO vigentes, a observância do limite de gastos com pessoal e ao limite de gastos com remuneração de vereadores.

Outrossim, a proposta conta com a Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira.

**3. CONCLUSÃO**

Em razão do Exposto, opina-se pelo prosseguimento do Processo Legislativo referente à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2023.

Referido projeto deverá ser encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento para que seus membros elaborem os respectivos pareceres.

Por fim, ressalta-se que a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos





ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO  
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

**ASSESSORIA JURÍDICA**

representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.


A opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

**Assessoria Jurídica, 22 de setembro de 2023.**

**Aline Simony Stella**

**OAB/MT 16.673/O**



<b>ORDEM DO DIA</b>	<b>DECISÃO PLENÁRIA</b> - Data: <u>09</u> / <u>10</u> /2023	
Data: <u>09</u> / <u>10</u> /2023	( <input checked="" type="checkbox"/> ) APROVADO	( ) REPROVADO
		Visto Secretário: 
<b>Comissão de Constituição e Justiça</b>		

**ASSUNTO: Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 001/2023** Dispõe sobre a alteração da redação do Caput e acrescenta o parágrafo único ao art. 8º da Lei Orgânica do Município de Diamantino, e dá outras providências.

**AUTORIA: José Carlos David – Vereador/PDT**  
**Alfredo Matheus Keller – Vereador/PSD**  
**Adriano Soares Correa – Vereador/PSB**

Vem a exame da Comissão de Constituição e Justiça o presente **Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 001/2023**, com protocolo geral nº 1.023/2023, tramitado no expediente da Sessão Ordinária dia 04 de setembro de 2023.

Conforme previsto no art. 69, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Constituição e Justiça opinarem sobre o aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de todos os projetos, para efeito de admissibilidade e tramitação.

Do aspecto da técnica legislativa, observa-se que o projeto está em consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Não há vício de iniciativa, uma vez que o artigo 32, I, da Lei Orgânica do Município de Diamantino e ainda o artigo 198, II, do Regimento Interno desta Casa exige que projetos de emenda à Lei Orgânica seja apresentada por **1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.**

Seguindo ainda o Regimento Interno em seu artigo 198, parágrafo segundo que à aprovação da matéria em análise para ser discutida e votada em 02 (dois) turnos, com interstício mínimo de 10 (dez) dias, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas as votações, o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”**

Haja visto ainda, que a Constituição Federal, em seu art. 29, IV, “b”, estabeleceu o limite máximo de 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística registrou no último censo que o Município de Diamantino atualmente tem 21.941 habitantes, razão pela qual se mostra possível alterar a composição da Câmara Municipal de 09 (nove) para 11 (onze) vereadores.

Diante das razões expostas, este Relator é de **Parecer Favorável** à aprovação da matéria analisada, podendo a esta ser encaminhada para discussão e votação em Plenário.

Comissão de Constituição e Justiça, 22 de setembro de 2023.

**Ver. Adriano Soares Correa - PSB**

Relator/Presidente





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”**

**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR.**

**Parecer nº 058/2023 – Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 001/2023** Dispõe sobre a alteração da redação do Caput e acrescenta o parágrafo único ao art. 8º da Lei Orgânica do Município de Diamantino, e dá outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou o Relatório apresentado pelo Relator/Presidente, opinando unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Emenda à Lei Orgânica, em 02 (dois) turnos.

Comissão de Constituição e Justiça, 22 de setembro de 2023.

**Verª. Michele C. Carrasco Mauriz- UNIÃO**  
Vice-Presidente

  
**Ver. Diocelio Antunes Pruciano - PDT**  
Membro



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO  
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO  
PROTOCOLO GERAL 1107/2023  
Data: 09/10/2023 - Horário: 17:37  
Legislativo - PCFO 33/2023

<b>ORDEM DO DIA</b>	<b>DECISÃO PLENÁRIA</b> - Data: <u>09</u> / <u>10</u> / 2023	
Data: <u>09</u> / <u>10</u> / 2023	(X) APROVADO ( ) REPROVADO	Visto Secretário: _____
<b>Comissão de Finanças e Orçamento</b>		

**ASSUNTO:** Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 001/2023 Dispõe sobre a alteração da redação do Caput e acrescenta o parágrafo único ao art. 8º da Lei Orgânica do Município de Diamantino, e dá outras providências.

**AUTORIA:** José Carlos David – Vereador/PDT  
Alfredo Matheus Keller – Vereador/PSD  
Adriano Soares Correa – Vereador/PSB

O presente projeto de Emenda à Lei Orgânica tem por objetivo alterar o número de vagas de vereadores para a Legislatura que se inicia em 2025. O processo recebeu parecer da Comissão de Constituição e Justiça como prevê o Regimento Interno. Insta salientar que os aspectos constitucionais, legais, regimentais e redacionais já foram analisados.

A propósito das atribuições da Comissão de Finanças e Orçamento estabelece o Regimento desta Augusta Casa:

Artigo 68 - Compete às Comissões Permanentes:

II - da Comissão de Finanças e Orçamento:

- a) - opinar sobre proposições referentes à matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou, a receita do município, ou, acarretem responsabilidades para o Erário Municipal;

Coube a esta Comissão analisar e emitir parecer sobre a compatibilidade e/ou a adequação financeira e orçamentária da proposição que impliquem aumento ou diminuição de receita ou despesas públicas.

O projeto está respeitando a Lei Complementar nº 101/2000, art. 16 e 17, vem acompanhado com os seguintes documentos:

I- Estimativa do impacto orçamentário financeiro



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”**

**II- Declaração do ordenador de despesa.**

O aumento no número de vereadores na Câmara Municipal de Diamantino, em si, não acarretará aumento do duodécimo, eis que este é calculado de acordo com o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do Art. 153 e nos artigos 158 e 159 efetivamente realizado no exercício anterior conforme preceitua o art. 29-A, IV da Constituição da República do Brasil.

No mérito esta Comissão entende que o Projeto em análise atende aos requisitos da conveniência, oportunidade e utilidade, posto preencher os requisitos da legalidade e suprir os regramentos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A redação do Projeto é adequada, diante do exposto, este Relator emite **PARECER FAVORÁVEL** em concordância com o Relatório/Parecer da Comissão de Constituição e Justiça para prosseguimento pela discussão e votação em Sessão Plenária.

Comissão de Finanças e Orçamento, 22 de setembro de 2023.

  
**Ver. Edimilson Freitas Almeida – PSDB**  
Presidente/Relator





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”**

**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR**

**PARECER Nº 033/2023 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Está Comissão comunga com o Parecer emitido pelo Presidente/Relator desta Comissão e somos de Parecer Favorável a discussão e votação em Sessão Plenária.

Comissão de Finanças e Orçamento, 22 de setembro de 2023.

**Ver. José Carlos David – PDT**  
Vice-Presidente

**Ver. Alfredo Matheus Keller - PSD**  
Membro